

O flerte entre os Estudos Culturais e as Relações Públicas abaixo da linha do Equador: Uma Análise Bibliométrica de Artigos Publicados no Intercom e Organicom ¹

Juliane do Rocio JUSKI ²

RESUMO

O artigo propõe uma breve contextualização sobre o surgimento da corrente teórica conhecida como Estudos Culturais, na Inglaterra, e seus desdobramentos para a América Latina. A partir desse resgate histórico, realiza-se um delineamento conceitual para compreender as diferenças entre multiculturalismo, interculturalidade e hibridismo cultural. Em um segundo momento, o texto articula como o campo das Relações Públicas se situa entre as teorias comunicacionais e as aproximações – ou falta delas – entre os Estudos Culturais e as Relações Públicas. Para isso, realiza-se uma análise bibliométrica dos artigos publicados na Revista Organicom e no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional da Intercom de 2004 a 2020. O artigo encerra com alguns apontamentos sobre as possíveis aproximações entre os Estudos Culturais e as Relações Públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Culturais; Relações Públicas; cultura; interculturalidade.

INTRODUÇÃO

A acelerada expansão da internet e das redes sociais promoveu mudanças profundas em uma sociedade que já estava em processo de desconstrução desde os questionamentos sobre o papel da mídia e sua influência no processo de recepção das mensagens, atravessado por processos de globalização e diásporas modernas, associado a tantos outros desafios contemporâneos. Com relações sociais cada vez mais fluidas e complexas, passa-se a atribuir ao processo comunicativo um papel central. Ao reposicionar conceitos, ressignificar ideias e quebrar paradigmas, a sociedade pós-moderna se apresenta como um grande enigma, um verdadeiro caldeirão cultural e político.

Nesse contexto complexo e multifacetado que o artigo busca compreender como essas mudanças teóricas e conceituais são assimiladas pelo campo das Relações Públicas a partir das “lentes” dos Estudos Culturais. Partindo de uma breve contextualização sobre o que é a corrente teórica conhecida como “Estudos Culturais” e seus desdobramentos no cenário latino-americano, busca-se elencar as principais características desse movimento teórico e político,

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação Intercultural e Interseccionalidade, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS). E-mail: julijuski@gmail.com

que rompeu a maneira de se compreender o processo comunicativo, apontando sobre a importância das práticas culturais na sociedade e o papel do receptor nessas transformações. Parte desses esforços são reflexo das mudanças históricas de sua época, que reverberaram em diversos outros países e áreas de estudo.

É a partir desse reposicionamento da dimensão cultural que outros conceitos são desenhados como multiculturalismo, interculturalidade e hibridismo cultural. E são esses conceitos que ganham espaço em discussões no campo das Relações Públicas. Mas para avaliar até que ponto essas discussões interferiram na produção acadêmica dos profissionais e pesquisadores, propomos uma análise bibliométrica de artigos publicados na Revista *Organicom* e no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional da Intercom de 2014 a 2021. A partir de reflexões e articulações entre os Estudos Culturais e as Relações Públicas, tecemos alguns apontamentos sobre essas aproximações e as possibilidades de ampliação dessa interface.

ESTUDOS CULTURAIS: ORIGEM E LEGADO

A narrativa dominante sobre o início dos Estudos Culturais, conforme aponta Escosteguy (2012), está centrada na Inglaterra com a institucionalização do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), ligado ao departamento de literatura inglesa da Universidade de Birmingham. No entanto, conforme já mencionaram Hall (2013a) e Mattelart e Mattelart (2011), essa origem não pode ser datada como absoluta, mas sim a considerar como a institucionalização de um movimento intelectual que vinha ganhando expressão no cenário acadêmico e político. Jiménez; Pérez e Subtil (2020) nos auxiliam a compreender o contexto histórico ao identificar que os Estudos Culturais “nascem” a partir de um contexto pós-guerra, em meados da década de 1950 e 1960.

No campo das ciências sociais, se desencadeou uma revolta teórica contras as tendências do imperialismo norte-americano. O marxismo acadêmico, tal como desenvolvido por Theodor Adorno e Max Horkheimer, também foram objeto de revisão, questionando essas práticas tradicionais de investigação hegemônica no período entre guerras e no pós-guerra. Era necessário compreender as novas formas culturais e sociais que estavam emergindo nas sociedades modernas. Os novos meios de comunicação que haviam se proliferado vertiginosamente no campo da comunicação e o surgimento de novas formas de informação e manifestações culturais. (JIMÉNEZ; PÉREZ e SUBTIL, 2020, p. 130, *tradução nossa*)

E essas novas formas culturais passaram a ser o foco de investigações na Inglaterra concentrados no Centro de Estudos Culturais de Birmingham, na Inglaterra, como também no Centro de Estudos de Comunicação de Massa na França, identificada como teoria culturológica francesa que aglutina pensadores como Morin, Barthes, Bourdieu e outros. Assim, os Estudos Culturais têm foco de estudo a cultura popular, tanto na visão inglesa como francesa, o que irá distinguir as correntes é a aproximação com a perspectiva marxista e seus desdobramentos teóricos.

Ou seja, Jiménez; Pérez e Subtil (2020) identificam como essa mudança no contexto histórico foi a força motriz para o desenvolvimento dos Estudos Culturais e a revisão dos paradigmas funcionalistas que eram vigentes até a época. Além disso, a ruptura dessas correntes de pensamento também é observada em seus objetos de estudos que passam a analisar novas formas de manifestação cultural como a televisão, a música popular, a publicidade e até eventos esportivos como o futebol.

Outra diferença entre França e Inglaterra é o processo de organização. Embora ambos tenham surgido como processos de ruptura e com bases interdisciplinares, os Estudos Culturais na Inglaterra organizam um modelo teórico e metodológico a partir da criação do CCCS (*Centre for Contemporary Cultural Studies*). E essa relevância alcançada pelos estudos é fruto de três autores que passaram a questionar a cultura e sua influência na sociedade, sob a perspectiva da cultura popular produzida e consumida pela classe trabalhadora inglesa, sendo considerados, assim, os pais fundadores dos Estudos Culturais ingleses. São eles: Richard Hoggart, Raymond Williams e E.P. Thompson. As três obras datadas do final da década de 1950 e início da década de 1960 são identificadas como as fontes dos Estudos Culturais (ESCOSTEGUY, 2012).

Hall (2013a) relembra que em um desses momentos de ruptura emergiram as obras de Richard Hoggart com *As utilizações da cultura* (*The Uses of Literacy*, 1957) e *Cultura e Sociedade* (*Culture and Society*, 1958) de Raymond Williams que de maneira distinta, apresentavam uma nova questão: o debate cultural na sociedade de massa. Escosteguy (2012) relata que a primeira obra é em parte uma narrativa autobiográfica e em parte uma reconstrução histórico-cultural da metade do século XX, sendo sua principal contribuição o foco dado por Hoggart aos materiais culturais oriundos das classes operárias, categorizadas como cultura popular e dos meios de comunicação de massa. Já para Hall (2013a), o livro de Hoggart marcou o novo terreno ao propor uma leitura da cultura da classe trabalhadora em busca de valores e significados que foram incorporados em suas práticas sociais. Enquanto a obra de *Cultura e Sociedade*, para Hall (2013a, p. 144), “reconstruiu uma longa tradição definida por Williams como aquele que, em resumo, consiste no ‘registro de um número de importantes e contínuas

reações a ... mudanças em nossa vida social, econômica e política””. Essa importância é esclarecida por Escosteguy (2012) ao afirmar que a contribuição teórica de Williams foi um marco essencial no desenvolvimento dos Estudos Culturais, pois a obra apresentou um olhar diferenciado sobre a história literária, mostrando que a cultura é uma categoria-chave responsável por conectar a análise literária com a investigação social. E essa contribuição é ampliada com o livro *The Long Revolution* (1961), em que Williams avança em seus estudos para demonstrar o impacto cultural dos meios massivos na cultura popular (ESCOSTEGUY, 2012).

Com relação a contribuição de Thompson, Escosteguy (2012) destaca a sua influência no desenvolvimento da história social britânica dentro de uma tradição marxista. Hall (2013a) esclarece esse momento de ruptura observado pela obra *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson em 1963, que levanta questionamentos sobre cultura, consciência e experiência, enfatizando o agenciamento, por meio de uma crítica ao economicismo reducionista e o determinismo organizacional da teoria marxista clássica, apresentando uma crítica ao modelo tradicional pensado por Marx.

Embora esses três livros sejam considerados as obras que deram o *start* inicial nas discussões e pesquisas que originaram os Estudos Culturais, cabe incluir outro momento nesse contexto histórico e social dos autores que nos auxilia na compreensão de como essas ideias se desenvolveram. De acordo com Mattelart e Mattelart (2011, p. 102) as origens dos Estudos Culturais estão atreladas aos estudos de crítica literária de Frank Raymond Leavis, publicados nos anos 1930 e que pretendiam “servir de guia para ajudar os alunos na defesa contra a cultura comercial”. Leavis junto com um grupo ligado a revista *Scrutiny*, em 1932, defendiam que a escola deveria ser utilizada para difundir o conhecimento dos valores literários. Críticos do capitalismo industrial e da cultura de massa, o grupo utilizou a revista como um meio para disseminar suas ideias e esperava que seus partidários se dirigissem as escolas e as universidades para lutar e oferecer, por meio do ensino da literatura inglesa, as respostas elaboradas, complexas e moralmente aceitas que permitiriam aos indivíduos resistir ao processo de alienação dos meios massivos.

Parte dessa preocupação educativa é assumida nos anos 1950, em um movimento de expansão do sistema escolar, com destaque para o ensino de adultos, por meio de um movimento pedagógico no qual se engaja uma geração de professores secundaristas oriundos das classes operárias que valorizam, diferentemente da teoria elitista de Leavis, os gostos dos alunos das classes populares (MATTELART e MATTELART, 2011). E é justamente nesse movimento que se enquadram os pais fundadores dos Estudos Culturais e o próprio Stuart Hall.

Todos possuem uma origem humilde, conhecedores das mazelas e desigualdades das classes populares, que veem na junção de uma nova teoria marxista parte das respostas para o impacto da cultura na sociedade e nas práticas sociais. Por isso, os Estudos Culturais são reconhecidos como um movimento teórico-político que tem a matriz cultural como essência para discutir problemas e práticas sociais. Seu legado ultrapassa a teoria e possui reflexos práticos na sociedade. Essa característica também é apontada por Jiménez; Pérez e Subtil (2020) que caracterizam os Estudos Culturais britânicos como um movimento teórico e político de análise crítica, com foco nas práticas culturais populares da classe operaria.

Yudice (1993, p. 308) também amplia ainda mais esse contexto ao destacar que os Estudos Culturais se constituíram como “uma tentativa de adequar gestão e representação, mas já não só num sentido propriamente político, senão cultural. Evidentemente, o programa que este centro foi desenvolvido ao longo dos anos teve antecedentes, por exemplo, em Gramsci e na Escola de Frankfurt”. Isso, porque, os autores tinham a premissa de desenvolver uma proposta política-teórica com resultados e intervenções diretas na realidade social, conforme o próprio Hall (2013b) revela ao apontar como as ideias de Gramsci, em especial, o conceito de intelectual orgânico, afetaram os estudos desenvolvidos pelo centro e como a crítica marxista estava relacionada não ao abandono dessa visão, mais ao desenvolvimento da teoria clássica sob uma perspectiva contemporânea. Esses ideais foram norteadores do movimento conhecido como *New Left* (nova esquerda) ao qual Hall e outros intelectuais estavam associados, movimento cujo precursores foram os filósofos da Escola de Frankfurt (MATTELART e MATTELART, 2011).

Toda essa trajetória resulta em um novo posicionamento teórico e, conforme aponta Escosteguy (2012), os Estudos Culturais irão constituir um novo campo de pesquisa centrado nas investigações sobre as relações entre a cultura popular e a sociedade, investigando como as formas culturais, instituições e práticas sociais se relacionam com a sociedade e as mudanças sociais. Mattelart e Mattelart (2011) destacam, ainda, que a contribuição dos Estudos Culturais promoveu um reposicionamento do conceito de cultura, compreendido de maneira mais ampla. Essa ampliação é foco do estudo promovido por Williams que marca uma dupla ruptura.

Em primeiro lugar, com a tradição literária que situa a cultura fora da sociedade, pondo em seu lugar uma definição antropológica: a cultura é o processo global por meio do qual as significações são social e historicamente construídas. [...] Ruptura, em segundo lugar, com um marxismo redutor. Williams posiciona-se a favor de um marxismo complexo, que permite estudar a relação entre cultura e as outras práticas sociais, ele debate o primado da base sobre a superestrutura, que reduz a cultura submetendo-a à determinação social e econômica. (MATTELART e MATTELART, 2011, p. 105).

Assim, a ideia de cultura é reelaborada e sua concepção reducionista de prática dos grupos dominantes ou dos costumes de um povo são ampliadas. Como coloca Hall (2013a) o conceito de cultura foi um dos principais pontos de convergência dos Estudos Culturais e, por meio de Raymond Williams, passou a conceituar cultura de forma mais complexa e abrangente, primeiro ao descrever cultura como a soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem suas experiências comuns, ou seja, “a concepção de cultura é, em si mesma, socializada e democratizada” (HALL, 2013a, p. 147). E em um segundo momento compreende a cultura como um processo social geral, como ordinária, ou seja, não há distinções entre alta ou baixa cultura, mas a categorização entre cultura popular, cultura massiva e cultura clássica. Hall (2013a) enfatiza ainda que é a partir dessa segunda ênfase que se refere a cultura como práticas sociais, sendo a cultura um modo de vida global. Para Hall (2013a) é nesse contexto que surge a chamada “teoria da cultura” definida como o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global. Assim, a cultura perpassa todas as práticas sociais e se constitui a partir da soma do inter-relacionamento delas. “A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas” (HALL, 2013a, p. 149). E a análise da cultura é, portanto, uma tentativa de conhecer a natureza da organização formada por essas relações.

Outro aporte teórico delineado pelos Estudos Culturais de grande ruptura é a proposta de um modelo teórico-político. Essa perspectiva está relacionada ao movimento de criticar o reducionismo economicista da teoria marxista clássica e se apoiar no novo marxismo, centrado nas figuras de Gramsci e Althusser, sobre um modelo político. Hall (2013a) revela que, em um segundo momento, Williams leva em consideração a crítica de Thompson de que nenhum modo de vida global existe sem a dimensão da luta, do confronto entre os modos de vida opostos e, assim, tentar repensar as questões de determinação e dominação a partir do conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci. Yudice (1993) também auxilia nesse esclarecimento ao apontar que Williams passa a se valer do conceito gramsciano de hegemonia para explicar o processo político-cultural. A partir daí Williams passa a defender que “o valor das práticas culturais não é inerente nelas ou nos grupos que as praticam; o valor, mais propriamente, é uma função das relações de dominação e subordinação entre os diversos grupos que constituem a sociedade” (YUDICE, 1993, p. 310). Mattelart e Mattelart (2011) apontam ainda que é sob a perspectiva de hegemonia gramsciana que os Estudos Culturais compreendem a análise do poder como uma necessidade de considerar negociações, compromissos e mediações.

E, conforme apontam Jiménez; Pérez e Subtil (2020), os Estudos Culturais britânicos se consolidaram não apenas como um movimento teórico, mas desenvolveram um modelo metodológico inovador - a Teoria da Recepção - compilada no texto de Hall (2013a) *Encoding/decoding* que coloca a ênfase da produção de sentido no receptor, ou seja, ressignifica o papel da recepção a partir do contexto cultural com as opções de aceitação, interpretação e ressignificação dos produtos midiáticos pelo receptor. E assim, as atividades das classes populares passam a ser analisadas como formas de resistência e questionamento da dominação social. Para os Estudos Culturais britânicos, é a partir das manifestações culturais populares que o sistema hegemônico e ideológico passa a ser questionado e ressignificado. Um outro aspecto interessante apresentado pelos autores (2020) é que a presença dos Estudos Culturais britânicos foi mais amplamente difundida não apenas na Europa como nas Américas, acreditando que isso se deve aos escritos serem em inglês o que garantiu mais visibilidade as pesquisas.

ESTUDOS CULTURAIS LATINO-AMERICANO

Embora os Estudos Culturais latino-americanos sejam considerados um desdobramento da corrente britânica a partir da década de 1980 em um contexto de redemocratização dos países latinos, García (2020) aponta que na própria versão de Martín-Barbero há uma genealogia própria das teorias latino-americanas, que começaram muito antes de Birmingham na década de 1930 com diversos autores como Paulo Freire, no Brasil. Esse posicionamento de início dos Estudos Culturais latino-americanos é apontando também por Restrepo (2014) e fortemente defendido por Beltrán (Miller, 2015) que ainda na década de 1970 já defendia um movimento intelectual decolonial, denunciando a visão eurocêntrica e norte-americana nas pesquisas em comunicação.

Para iniciar essa discussão é preciso diferenciar, conforme defende Restrepo (2014) a diferenciação entre Estudos Culturais e estudos sobre cultura. De acordo com o autor, os Estudos Culturais não se caracterizam apenas como uma corrente teórica que estuda a cultura, ou seja, nem tudo que se qualifica como cultura ou estudo sobre a cultura pode ser colocado no “guarda-chuva dos Estudos Culturais”. Os Estudos Culturais se diferenciam dos estudos sobre cultura, pois se configurarem como um projeto intelectual e político bem particular. O próprio conceito de cultura está relacionado a questão do poder. Outro aspecto levantado por Restrepo (2014) é a natureza interdisciplinar das investigações e a questão do movimento teórico-político da corrente, que busca desenvolver investigações culturalistas no âmbito acadêmico com o objetivo de intervir sobre o mundo.

Restrepo (2014) também levanta um questionamento bem interessante. Para o pesquisador boliviano, não há estudos culturais latino-americanos, mas estudos culturais. Assim as pesquisas nesse sentido carregam alguns traços em comum, e não é a questão geográfica que define essa afinidade entre os pesquisadores. Para Restrepo (2014), os Estudos Culturais foram historicamente múltiplos e heterógenos, mas compartilham características que articulam um projeto intelectual e político, ou seja, são uma modalidade crítica da prática teórica.

Além dessa característica fundamental apontada por Restrepo (2014), García (2020) indica ainda cinco características dos Estudos Culturais no contexto latino-americano, sendo:

1. Avaliação da capacidade das classes populares e da cultura popular de restringir e interpretar ideologias hegemônicas.
2. Interesse no potencial da cultura popular para alcançar democratização da comunicação e da cultura.
3. Resistência ao abandono ou desconhecimento da hegemonia ideológica em favor de uma faculdade de interpretação da mídia quase gratuita e imprevisível.
4. Na análise dos gêneros populares da mídia, colocam o acentuar o fato de que na região da América Latina essas formas têm uma tradição própria, não relacionada às influências das grandes fábricas de produção norte-americanas.
5. Fazem da própria cultura uma questão política, atribuindo papel de destaque aos novos movimentos na formação da cultura popular. (GARCÍA, 2020, p. 170).

Apesar da reflexão de Restrepo (2014), denominados Estudos Culturais latino-americano os estudos desenvolvidos por pesquisadores latinos. E como referencial no campo, temos os nomes de Jesús Martín Barbero que desenvolveu uma proposta de transferir o interesse da produção midiática para as mediações entre o emissor e o receptor – consolidado em sua obra célebre *Dos meios à mediação* - e Néstor García Canclini, que aborda a relação entre comunicação, cultura e poder a partir das formas contemporâneas de consumo cultural.

Segundo García Canclini, os Estudos Culturais da América Latina se organizam em torno de uma tripla reconceitualização: do poder, da ação dos subordinados e da interculturalidade. (GARCÍA, 2020). Analisar os processos de consumo, para o autor, tem implicações nas formas de conceber o poder das classes hegemônicas e, sobretudo, nas formas de resistência e negociação das classes subalternas ou populares. E é nesse contexto que emergem, portanto, os estudos com maior enfoque na questão do multiculturalismo, da interculturalidade e do hibridismo cultural. Ou seja, esses conceitos passam a ter mais relevância no contexto latino-americano pela própria composição dos países, mesclando a nova visão sobre as práticas culturais e seus desdobramentos no contexto globalizado, caracterizado por uma ampla mescla e convivência de culturas tanto no espectro racial como e religioso, por exemplo. E Canclini apresenta, ainda, uma terceira via conhecido como hibridismo cultural.

DIFERENÇAS ENTRE MULTICULTURALISMO, INTERCULTURALIDADE E HIBRIDISMO CULTURAL

Para compreender essa diferenciação, nos valem de Barbosa e Veloso (2009) que apontam como o termo “multiculturalismo” surgiu em meados dos anos 1970, no Canadá e na Austrália, que passou a ser utilizado como instrumento discursivo para forçar os governos a desenvolverem políticas assimilacionistas, em prol da manutenção de identidades culturais. As autoras indicam, ainda, que o multiculturalismo tem suas raízes na esfera política e social. Ou seja, é desenvolvido como um conceito baseado em uma doutrina política, que defende políticas de reconhecimento dos direitos e das identidades culturais das minorias. E a partir desses estudos se organiza, então, a Teoria do Multiculturalismo.

O pesquisador italiano Semprini (1999) também explora os principais aspectos do multiculturalismo, no contexto dos Estados Unidos, mas que podem ser observados em diferentes contextos. Para o autor, o multiculturalismo pode ser identificado como um indicador de uma grande mudança social e as controvérsias multiculturais têm seu contexto histórico situado como uma interpretação política do multiculturalismo, nas reivindicações das minorias com o objetivo de conquistar direitos sociais e políticos. Além disso, a interpretação culturalista do multiculturalismo, de acordo com Semprini (1999), possui uma base de análises nos Estudos Culturais e surge a partir do reconhecimento da diferença e a questão do pertencimento do sujeito.

A questão da diferença também é identificada por Weissman (2018) que conceitua o multiculturalismo como um conjunto de culturas em contato, mas sem se misturar, todas no mesmo patamar. Assim, de acordo com autora, no multiculturalismo as diferenças ficam separadas em cada cultura. E na teoria do multiculturalismo, conforme defendem Barbosa e Veloso (2009), há duas perspectivas, uma vertente do multiculturalismo que reconhece a diferença como Taylor e Kymlicka, e outra vertente que indica como o reconhecimento da diferença não é suficiente, pois apenas o seu reconhecimento gera uma estima social, vertente representada por autores como Fraser e Honneth.

Já a interculturalidade, segundo Barbosa e Veloso (2009), está ligada à tradução de uma cultura para outra, tornando-se um conceito popular no âmbito organizacional e dos negócios internacionais a partir da segunda guerra mundial, em especial, nos Estados Unidos. E a partir dos anos 1980, a ideia de diversidade e da diferença passou a ser percebida e transformada como uma tecnologia gerencial. E é nesse contexto que surge a necessidade de um entendimento mais complexo de cultura, que passa a compreender não apenas uma perspectiva

de tradução cultural, mas de comunicação. Ou seja, a interculturalidade passa a ser compreendida como a busca por competências culturais, que identificam as diferenças e dialogam entre as múltiplas culturas. Há esse espaço de diálogo, de troca, por isso é defendida pelas autoras como um conceito de comunicação intercultural. Assim, na interculturalidade há raízes sociais. De acordo com Weissman (2018), essa pluralidade de pontos de vista, sem que nenhum prevaleça sobre o outro é apontado também por Canclini em que a interculturalidade irá remeter a confrontação e entrelaçamentos, ou seja, é a passagem do multiculturalismo para o paradigma intercultural.

E por fim, Canclini (2019) desenvolve um outro conceito, identificado pelo autor como “hibridismo cultural”. E diferentemente do multiculturalismo que adota a segregação das culturas e do interculturalismo que convive com as diferenças, o hibridismo cultural incorpora e ressignifica a cultura a partir de novas práticas. Para o autor, a hibridização é sinônimo de fusão e contradições. “Entendo por hibridização processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinem para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2019, p. 5). Os processos incessantes de hibridização levam a relativizar a noção de identidade, em especial, de uma identidade nacional. Ou seja, o hibridismo cultural se trata de uma mistura de duas ou mais culturas, gerando uma nova com elementos das antigas. Com isso, hábitos, atitudes e costumes antigos acabam sendo transformados e originando novas formas de viver.

APROXIMAÇÕES ENTRE RELAÇÕES PÚBLICAS E ESTUDOS CULTURAIS

Em um trabalho intelectual sério e crítico não existem “inícios absolutos”, antecipa Stuart Hall (2003), o que se observa são desenvolvimentos desordenados e rupturas significativas. Essas rupturas são as brechas para reposicionamentos epistemológicos. Mas quando se percebe o momento ideal para essas rupturas? Para Hall (2003), esses momentos são marcados por um reagrupamento de velhas correntes de pensamento rompidas, velhas constatações deslocadas, resultando em mudanças de perspectiva por meio da ressignificação dos conceitos. Desse modo, os desafios contraditórios da nova ordem social exigem um novo olhar sobre práticas já delineadas. E essa necessidade de reestruturação é observada também no campo da comunicação e das Relações Públicas, como aponta Scroferneker (2009) ao propor uma nova abordagem para os conceitos e práticas profissionais sob outras lentes paradigmáticas.

Nesse novo cenário a comunicação passa a adotar um papel central ao moldar e transformar os comportamentos sociais, por meio da cultura, mediando situações de

complexidade, conflitos e incertezas. E a transformação que estamos vivenciando remodelou também o papel e a função das organizações na sociedade. Essa reconfiguração de cenário já havia sido apresentada por Ferrari, Grunig e França, ainda em 2009, na obra “Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos”. Na ocasião, Ferrari (2009) destacou as transformações no contexto latino-americano e as peculiaridades que marcaram os momentos de ruptura abaixo da linha do Equador. A multiculturalidade e o hibridismo cultural promoveram tensionamentos entre o popular, o local e o hegemônico e são fundamentais para compreender como esse movimento de deslocamento está em curso atualmente. Outro aspecto enfatizado por Ferrari (2009) foi a necessidade em migrar a lógica econômica para a lógica social. A adoção da nova lógica exige que as organizações compreendam e desempenhem seu papel de ator social, ou seja, revelando uma perspectiva de interação social nas práticas organizacionais, afinal uma organização é composta por indivíduos e, portanto, reflete os aspectos sociais, culturais, políticos e históricos desses sujeitos.

Exatamente nesse contexto plural, complexo e multifacetado se insere a necessidade de repensar as relações entre a cultura e a comunicação organizacional e como elas impactam nas práticas profissionais de Relações Públicas. Afinal, ainda em 2009 (p.82) Scroferneker já defendia novos encontros teóricos ao afirmar que “Relações Públicas e Comunicação Organizacional necessitam, portanto, reencontrar-se efetivamente e dialogar com outros paradigmas”. Mas, em que cenário se baseia essa proposta de Scroferneker (2009)? Temos diversos estudos que identificam a predominância da perspectiva funcionalista nos estudos de Relações Públicas e Comunicação Organizacional. Aqui incluímos também a Comunicação Organizacional, pois no cenário brasileiro os limites entre as Relações Públicas e a Comunicação no contexto das organizações por vezes acaba sendo considerado como perspectivas sinônimas.

Observações de Silva (2011) sobre as aproximações entre as teorias de Comunicação clássicas e os estudos em Relações Públicas também reforçam a ênfase funcionalista e crítica como as mais exploradas dentro do campo. Segundo o autor,

o trabalho de Marchiori acrescenta muito conhecimento à área de relações públicas, uma vez que valoriza a importância do relacionamento na construção e adequação das culturas empresariais. Porém, em nosso trabalho, visualizamos ainda a possibilidade de aproximação das relações públicas com os estudos culturais ingleses e dos latino-americanos, como por exemplo, Canclini (SILVA, 2011, p. 83).

A abertura para futuras reflexões é levantada por Silva ao contrapor algumas teorias comunicacionais pouco utilizadas, “o que indica que existem pesquisas a serem promovidas nesse sentido, tendo em vistas a elaboração de novos conceitos e indicações de possíveis contribuições para os estudos de relações públicas” (2011, p.90).

E essa percepção predominante do funcionalismo é percebida no contexto global, conforme aponta o estudo desenvolvido por Gabriel Sadi (2019). Ao analisar um corpus de 473 documentos nos últimos 40 anos (em uma janela de 1980 a 2018), entre livros, capítulos de livros e artigos nos principais periódicos internacionais de Relações Públicas, Sadi (2019) identificou 15 constructos sistematizados e de acordo com a bibliografia utilizada nesses documentos, classificou como sendo sete funcionalistas, seis interpretativos, um crítico e um pós-moderno. Ou seja, Sadi (2019) pondera a predominância do paradigma funcionalista, liderado por James Grunig, em pelos menos três das últimas quatro décadas de publicações na área. Caracterizados pelo autor como um paradigma funcionalista, anglófono e eurocentrista que tem constituído o ensino das relações Públicas no cenário internacional. É apenas a partir da última década que Sadi (2019) identifica novas propostas de inspiração sociocultural, que estão ampliando as bases teóricas da pesquisa e ensino de RP.

E é interessante observar, conforme afirma Miller (2015), que Beltrán ainda na década de 1970 já denunciava a herança funcionalista no contexto latino-americano, com a importação dos modelos metodológicos e das teorias norte-americanas e europeias, caracterizando uma dependência intelectual dos países tidos como desenvolvidos. Suas contribuições instigaram o desenvolvimento de teorias e metodologias que atendessem a realidade latino-americana e com uma visão descolonizada das teorias funcionalistas, em especial, no campo da Comunicação. Mas o que observamos, e os estudos de Scroferneker (2009), Silva (2011) e Sadi (2019) corroboram isso, que essa mudança de perspectiva ainda é tímida, daí a necessidade de se repensar novas perspectivas teóricas para o campo das Relações Públicas.

Essas considerações nos instigaram a aprofundar a pesquisa sobre as relações entre Relações Públicas e Estudos Culturais, para compreender se há realmente esse déficit de pesquisas no campo que abordem essas aproximações. Para isso, realizamos uma análise quantitativa a partir do método bibliométrico para quantificar o número de artigos científicos publicados na principal revista científica brasileira do segmento, a *Organicom*, e os *papers* publicados nos anais do Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação (Intercom) que foram apresentados no Grupo de Pesquisa de Relações Públicas e Comunicação Organizacional entre os anos de 2004 e 2020, em nível nacional. Esse recorte temporal foi selecionado, pois 2004 é o ano de publicação da primeira edição da Revista *Organicom*. Além disso, o mesmo

recorte temporal aplicado aos trabalhos apresentados no Intercom nos oferece uma perspectiva comparativa entre as produções, indicando se há períodos de maior produção sobre a temática analisada ou períodos de pouca produção na área. O objetivo foi avaliar quantitativamente como a comunidade científica está abordando essa temática.

METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com Ferreira (2010), a bibliometria é um método de pesquisa que surgiu no início do século XX devido à necessidade de estudar e avaliar às atividades de produção e comunicação científica. A definição de bibliometria pode ser entendida como “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico” (Araújo, 2006, p. 12 *apud* FERREIRA, 2010). E segundo Guedes e Borschiver (2005 *apud* FERREIRA, 2010) o termo bibliometria refere-se a um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para o estabelecimento dos fundamentos teóricos da Ciência da Informação. A autora apontam o conceito mais utilizado de bibliometria, definido por Pritchard (1969 *apud* FERREIRA, 2010), como todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita.

Ferreira (2010) aponta, ainda, que o termo definido por Pritchard (1969 *apud* FERREIRA, 2010) elucida a essência dos estudos bibliométricos, ou seja, os estudos bibliométricos buscam quantificar a produção científica. A autora baseia-se, ainda, em Figueiredo (1977 *apud* FERREIRA, 2010) e Araújo (2006 *apud* FERREIRA, 2010) ao revelar que a bibliometria possui duas preocupações desde sua origem. Uma delas é analisar a produção científica, enquanto a segunda é buscar benefícios práticos e imediatos para as bibliotecas. Criada, inicialmente, para mensurar livros, identificando a quantidade de edições e exemplares, quantidade de palavras contidas nos livros e quantidade de espaços ocupados pelos livros, a bibliometria auxiliou no desenvolvimento de coleções e na gestão de serviços bibliotecários. Mas aos poucos foi se voltando para o estudo de outros formatos de produção bibliográfica, tais como artigos de periódicos e outros tipos de documentos, “para depois ocupar-se, também, da produtividade de autores e do estudo de citações”. (Araújo, 2006, p. 12-13 *apud* FERREIRA, 2010).

Portanto, a bibliometria possibilita a observação de toda a produção científica registrada em um repositório de dados. É um método que permite identificar como uma determinada temática é abordada nas produções científicas, identificando quantidade de pesquisas relacionadas ao tema ou as palavras-chaves, bem como avaliar a evolução dessas pesquisas de

forma quantitativa. De acordo com Ferreira (2010), por basear-se na contagem de artigos científicos, patentes e citações, os dados obtidos a partir de um estudo bibliométrico podem ser tanto o texto que compõe a publicação como os elementos presentes em registros sobre publicações extraídos de base de dados bibliográficos, como nome de autores, título, fonte, idioma, palavra-chave, classificação e citações. Para a análise realizada nesse *paper*, os artigos foram selecionados a partir da análise dos títulos e das palavras-chaves, com segmentação a partir dos termos “relações públicas” e “cultura”. Mas, o levantamento dos dados considerou também as referências utilizadas pelos autores nas áreas de Relações Públicas e de Cultura ou termos correlatos como Cultura Organizacional e Interculturalidade. No entanto, para recorte deste artigo, a análise restringiu-se a quantidade de artigos baseado na busca pelos termos em títulos e palavras-chaves.

Assim, a bibliometria nos auxiliou na identificação de tendências e abordagens utilizadas no campo para essa temática. Além disso, os dados estatísticos encontrados por meio dos estudos bibliométricos mensuram a contribuição do conhecimento científico derivado das publicações encontradas da Revista *Organicom* e no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional da Intercom. Esses dados podem ser utilizados na representação das atuais tendências de pesquisa e na identificação de temas para novas pesquisas.

ANÁLISE DAS PRODUÇÕES E RESULTADOS

A *Organicom* – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é uma revista semestral criada em 2004 e ligada a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) que reúne artigos, depoimentos, resenhas, entrevistas e pesquisas de especialistas conceituados nacional e internacionalmente - tanto do mercado como do meio científico – nas áreas de Relações Públicas (RP) e Comunicação Organizacional (CO). De acordo com a apresentação em sua primeira edição

A Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas-*Organicom* - pretende ser um meio de comunicação capaz de reunir os grandes temas contemporâneos dessas áreas estudados na universidade e, ao mesmo tempo, tornar-se um instrumento interativo com o mercado e a sociedade. Democratizar os novos conhecimentos gerados e contribuir para o debate técnico-científico da comunicação nas organizações constitui outra proposta básica desta publicação (KUNSCH, 2004, p. 5).

A cada número, a revista publica um dossiê temático, geralmente resultantes de pesquisas nas universidades, apresentados em uma linguagem acessível para a sociedade, na tentativa de trazer novas contribuições para o debate de assuntos contemporâneos que devem

ser equacionados tanto pela academia como pelo mercado. Em sua primeira edição, a temática apresentada foi “Comunicação e mudança cultural nas organizações”, demonstrando a relevância do aspecto da cultura para o campo das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional. No entanto, a edição de abertura apresenta apenas um único artigo que associa a questão da cultura às Relações Públicas. O artigo “Mudança cultural e a responsabilidade das Relações Públicas” de Marlene Marchiori (2004) aborda questões relativas ao processo de mudança cultural em organizações. No texto, a autora defende que uma mudança só é efetiva a partir do momento em que se trabalhe na essência, nos valores, na forma de relacionamento das pessoas, e isto exige comunicação. Nesse sentido, Marchiori (2004) defende que as Relações Públicas devem ser praticadas de forma estratégica por representarem um processo de intervenção na cultura organizacional.

A análise bibliométrica de todas as edições publicadas da Revista *Organicom*, de 2004 a 2020, revelam que os termos “relações públicas” e “cultura” aparecem em apenas 10 artigos publicados. Para a análise a busca dos termos foi realizada nos títulos dos artigos e nas palavras-chaves, a partir do levantamento se categorizou os artigos em três grupos.

1) *relações públicas*: que reúne artigos que incluem o termo “relações públicas” no título ou entre as palavras-chaves, mas sem relação com cultura.

2) *cultura*: categoria que reúne os artigos que apresentam o termo “cultura” no título ou entre as palavras-chaves, mas não tem relação com as Relações Públicas e

3) *relações públicas e cultura*: que reúne os artigos que tanto apresentam os termos “relações públicas” como “cultura” no título ou entre as palavras-chaves.

Portanto, os 10 artigos levantados foram enquadrados na terceira categoria “relações públicas e cultura”. Na categoria de “cultura” foram identificadas 19 publicações. Mas, para o recorte deste artigo, a análise restringiu-se às produções que apresentam ambos os termos “relações públicas” e “cultura” em seus títulos ou palavras-chaves.

Além dos artigos, a Revista realizou duas edições de dossiê com foco em cultura, como já mencionado a edição de abertura da revista apresentou a temática, que foi resgatada 10 anos depois com o dossiê sobre “Interculturalidade e Organizações” coordenado por Ferrari (2014) em 2014. A referida edição da revista reuniu 21 textos publicados que exploraram a relação entre Cultura e Comunicação Organizacional nos mais diversos âmbitos, além de trazer uma entrevista inédita com o Prof. Dr. Krishnamurthy Srirameshm, renomado pesquisador na área das Relações Públicas globais e da interculturalidade. Como resultado, a publicação evidenciou mais uma vez a importância e a relação intrínseca entre a cultura e a comunicação, no entanto, mais uma vez revelou a baixa produção científica que associa as Relações Públicas a corrente

teórica dos Estudos Culturais, seja na questão de embasamento teórico, seja na utilização de autores vinculados a essa corrente nas referências utilizadas para a construção das pesquisas.

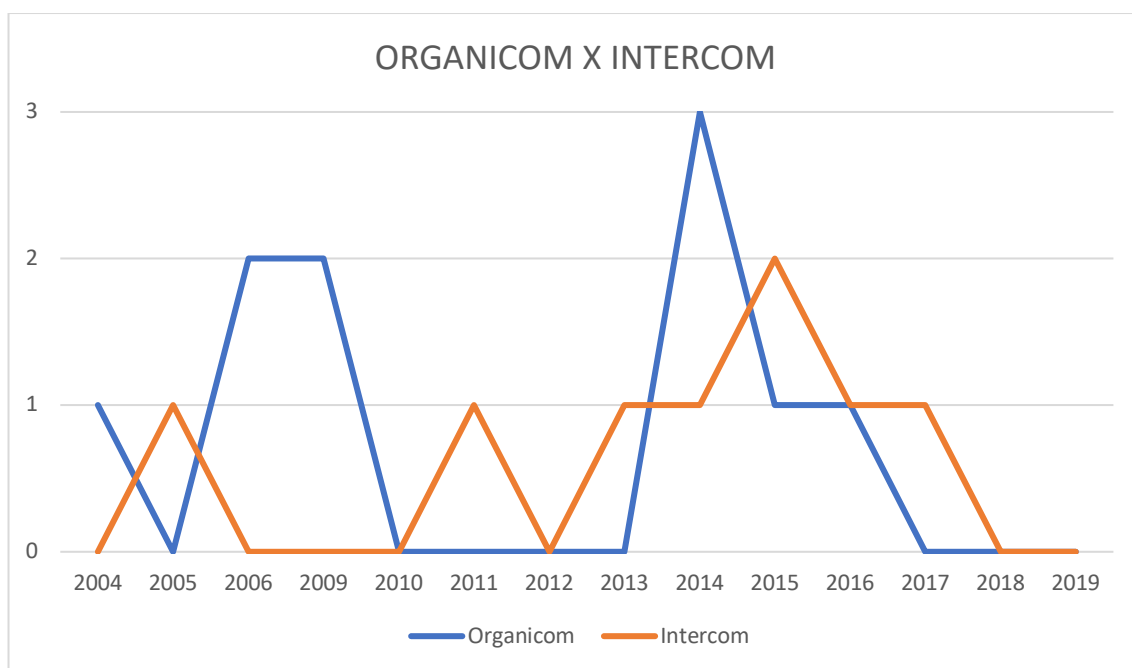
Dentro dessa edição (Organicom, 2014), apenas três artigos faziam uma referência direta aos termos de Relações Públicas e Cultura, sendo os artigos de Pereira, Ribeiro, Modesto, *et al* (2014) intitulado “Narrativas, Relações Públicas e Comunicação Intercultural: o caso do “Brazilian corporate communications day”, em que abordam a relevância das narrativas como instrumento de atuação no contexto das relações públicas interculturais, por meio de uma reflexão sobre cultura, multiculturalismo, interculturalidade e o papel das práticas de comunicação organizacional e relações públicas na construção das narrativas sobre o Brasil. Há, ainda, o artigo de Vetrutti e Virgili (2014) “Grandes empresas e interculturalidade: importância do profissional de relações públicas no ambiente digital” que faz uma reflexão sobre o fato de que com o aumento do acesso mundial à rede de computadores, quebra-se a barreira do tempo e do espaço, gerando integrações e apontamentos de diversas culturas nas diretrizes comunicacionais das organizações brasileiras, fatos que estão ligados à interculturalidade e com os profissionais de relações públicas, que teoricamente são formados para promover diálogo e realinhamento de estratégias. E o terceiro artigo de Ortiz (2014) intitulado “Conflitos e barreiras culturais à comunicação: uma pesquisa empírica em ecossistemas multiculturais” que descreve a pesquisa empírica do autor sobre as barreiras culturais à comunicação realizada em quatro redes hoteleiras de diferentes origens sediadas no Brasil – norte-americana, francesa, mexicana e brasileira. O autor verifica como os valores culturais nacionais, refletidos nos valores organizacionais específicos de cada país, têm uma influência fundamental no perfil das barreiras culturais à comunicação, em um esforço de desenvolver uma pesquisa comparada de relações públicas internacionais.

O último artigo encontrado na categoria de análise “relações públicas e cultura” foi de Nascimento (2016) que faz uma reflexão sobre a importância da pesquisa para atuação do Relações Públicas nas organizações, visando à expansão do acesso à cultura. De acordo com a autora (2016), cabe ao profissional mapear processos e propiciar a inter-relação entre a organização e seus públicos em alinhamento com a estratégia organizacional. Nesse sentido, o estudo apresenta uma análise junto a uma instituição que se propõe facilitar o acesso à cultura para a comunidade. Como resultado, Nascimento (2016) indica que a comunicação pode se constituir como um meio catalisador, a partir de dados de pesquisa e diagnóstico do contexto.

E a escassez nos trabalhos que envolvem Relações Públicas e Estudos Culturais também é observada nos artigos apresentados no Grupo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

(INTERCOM). Uma análise quantitativa a partir da bibliometria dos *papers* publicados entre os anos 2004 e 2020, ou seja, um recorte temporal dos últimos 16 anos apontam apenas oito (8) artigos científicos que apresentam no título ou entre as palavras-chaves os termos “relações públicas” e “cultura”. Sendo que dentre esses oito artigos, um deles apresenta a perspectiva da ética nas Relações Públicas e os conceitos de cultura organizacional são baseados apenas em uma matriz teórica da ética. O último artigo categorizado foi de 2017 que aborda a questão das ações culturais como estratégia para a gestão de crises.

No quadro abaixo há um comparativo entre as publicações encontradas na Revista *Organicom* e no *Intercom*, relacionando a quantidade de artigos encontradas por ano de edição.



Os números indicam a baixa produção científica sobre a temática entre os anos de 2004 e 2005, mas com um aumento nas produções entre os anos de 2013 e 2016. O gráfico revela, ainda, que o número de produções em comparação entre *Organicom* e *Intercom* se assemelham, ou seja, em edições da *Organicom* que se discute as aproximações entre Relações Públicas e Cultura, se reflete em relativa proporção no *Intercom*. Outro dado importante observado é que a partir de 2018 as produções em ambos os locais analisados declinam.

Outro aspecto analisado a partir dos dados levantados pela bibliometria foram as referências bibliográficas utilizadas, ou seja, as matrizes teóricas indicadas pelos autores para realizar as discussões nos trabalhos. Nos 10 artigos segmentados pelo filtro “relações públicas e cultura” na Revista *Organicom*, cinco (5) artigos baseiam-se nas conceituações de Relações Públicas defendidas por Margarida K. Kunsch (2003, 2008, 2016) e três (3) em James Grunig (1992, 2011), sendo as principais referências utilizadas. Já para conceituar cultura, os

referências teóricas ampliam com dois (2) artigos que utilizam Stuart Hall (1994, 2003, 2006), dois (2) artigos que se baseiam nas ideias de Nestor García Canclini (2005, 2012) e outro artigo em Clifford Geertz (1989).

Ao analisar o quadro teórico referencial dos *papers* apresentados no Intercom, os autores utilizados para delinear as Relações Públicas se assemelham a Organicom, com quatro (4) artigos que citam James Grunig (1992, 2009, 2011) e três (3) artigos que citam Margarida Kunsch (2003, 2016) e Maria Aparecida Ferrari (2009). Já com relação a conceituação de cultura, os artigos do Intercom se baseiam em uma matriz teórica bem diferente da Organicom. Quatro (4) artigos citam Maria Ester de Freitas (2006), três (3) artigos citam Fleury e Fischer (2012) e Marchiori (2008), enquanto apenas um artigo menciona Canclini (1999) entre suas referências e Stuart Hall nem é citado.

Esse levantamento de dados confirma como a teoria desenhada pelos Estudos Culturais não está sendo aplicada ao campo das Relações Públicas. Essa relação se mostra pequena e restrita a poucas pesquisas acadêmicas na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

García (2020) identifica como a trajetória de institucionalização dos Estudos Culturais latino-americanos foi bastante tardia, se consolidando a partir da década de 1980. Parte dessa “demora” é verificada pelo contexto histórico, em que os países latino-americanos estavam em fase de superar ou em processo de redemocratização após longos períodos de ditaduras militares. Isso pode ser explicado pelo fato de que os Estudos Culturais se baseiam em uma matriz teórica marxista, e em plena guerra fria, as contribuições teóricas associadas ao “comunismo” podem ter encontrado grandes resistências em regimes ditatoriais. E como consequência dessa limitação, García (2020) aponta o pequeno número de programas de Pós-graduação com ênfase nos Estudos Culturais em toda a América Latina.

Isso se reflete, consequentemente também, nas pesquisas desenvolvidas no campo da comunicação. Em especial, nas Relações Públicas. Assim como apresenta Gabriel Sadi (2019), a perspectiva funcionalista norte-americana e a visão crítica eurocêntrica são os principais aportes teóricos que apoiam as pesquisas e teorias das Relações Públicas. Podemos observar essa dependência intelectual norte-americana e europeia, como já identificado por Beltrán ainda na década de 1970, como parte de seu surgimento. Afinal, as Relações Públicas nascem no início do século XX nos Estados Unidos, momento em que as teorias da Corrente Funcionalista em Comunicação vêm ganhando força com os estudos de Lazarsfeld e os estudos dos *Mass Communication Research*. E é também as mudanças no contexto histórico que apontam as

mudanças paradigmáticas a partir dos anos 2000, em que a dimensão cultural passa a ganhar mais espaço nas reflexões acadêmicas e práticas profissionais, resultado do fenômeno consolidada da globalização e dos movimentos diaspóricos (HALL, 2013). Com isso, questões sobre a importância das práticas culturais e da cultura no contexto organizacional são estudados, identificados a partir dos estudos de Marchiori (2008) e Ferrari (2009). E depois a adoção dos conceitos de multiculturalismo e interculturalidade, apresentados de forma mais abrangente como eixo temático do AbrapCorp, em 2014, e o dossiê da Revista Organicom.

Esse início abre uma série de questionamentos sobre como as pesquisas em Relações Públicas e Comunicação Organizacional até esse período tinham uma matriz funcionalista, e discutem a necessidade de se ampliar as perspectivas teóricas. Vemos, então, uma crescente onda de pesquisas associadas a outras perspectivas como a complexidade, a semiótica, a teoria crítica. Mas a aproximação com os Estudos Culturais ainda é tímida.

Nesse sentido, o artigo buscou resgatar a perspectiva histórica dos Estudos Culturais, seus desdobramentos no cenário latino-americano e como suas concepções são timidamente associadas ao campo das Relações Públicas. Longe de se caracterizar como uma pesquisa fechada em seus resultados, esse ensaio enseja apenas demonstrar uma brecha epistemológica que pode ser ampliada com a análise das práticas e dos conceitos desenvolvidos nas Relações Públicas sob a perspectiva dos Estudos Culturais, especialmente ao indicar as potencialidades de conceitos tão pertinentes ao campo como a noção ampliada de cultura; a construção de um modelo teórico-metodológico com vistas a intervenção na realidade, tratando-se, portanto, de uma perspectiva teórico-política; e as possibilidades de observar as questões de identidade, raça e gênero, assuntos tão essenciais nos dias atuais e que interferem diariamente no cotidiano das organizações e em suas tomadas de decisão.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. e VELOSO, L. A cultura do outro: interculturalidade nas organizações. IN Cultura e diferença nas organizações. Livia Barbosa (coord.). São Paulo, 2009.
- BIAGGIO, Angela. Resenha bibliográfica. In: Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia, 39. ed, Rio de Janeiro: 1987.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C; FRANÇA, V. V. Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FERREIRA, Ana Gabriela Clipe. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, jun/2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ana_Gabriela_Ferreira/publication/320812351_Bibliometria_na_avaliacao_de_periodicos_cientificos/links/5de539bba6fdcc28370052a8/Bibliometria-na-avaliacao-de-periodicos-cientificos.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2021.

FREITAS, Maria Esther de. Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma? 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 2012.

GARCÍA-JIMÉNEZ, Leonarda; PÉREZ, Manuel Hernández; SUBTIL, Filipa. Historia, debates y principales referencias de los estudios culturales en Europa. IN: PAULINO, Fernando Oliveira; KAPLÚN, Gabriel; MARINO, Miguel Vicente; CUSTÓDIO, Leonardo (org.). Tradiciones de Investigación en Diálogo - Estudios sobre Comunicación en América Latina y Europa. Porto: Media XXI, 2020.

GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida e FRANÇA, Fábio. Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009.

GRUNIG, J.. (ed). Excellence in public relations and communication management. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALL, Stuart. Estudos culturais: dois paradigmas. IN: HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Org: Liv Sovik. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013a.

_____. Estudos culturais e seu legado teórico. IN: HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Org: Liv Sovik. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013b.

KUNSCH, Margarida K. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

_____. Gestão estratégica de comunicação organizacional e relações públicas. S. C. do Sul: Difusão, 2008.

_____. Comunicação Organizacional Estratégica: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

_____. Apresentação. Organicom. V. 1, n.1, agosto/2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138865/134211>>. Acessado em 10 de outubro de 2020.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. História das teorias da comunicação. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MARCHIORI, Marlene. Cultura e comunicação organizacional: um olhar estratégico sobre a organização. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008.

MILLER HERRERA, Karina M. Luis Ramiro Beltrán: el pensamiento comunicacional propio y emancipador en Latinoamérica rebelde. Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo, ed. 3, 2015, p.125-134.

ORGANICOM. Interculturalidade e Organizações. V. 11, n.21, 2014.

ORTIZ, Felipe Chibás. Conflitos e barreiras culturais à comunicação: uma pesquisa empírica em ecossistemas multiculturais. Organicom, V.11, N. 21, 2014.

PEREIRA, Else Lemos Inácio; RIBEIRO, Emiliana Pomarico; MODESTO, Carolina Aparecida Temoteo. Narrativas, relações públicas e comunicação intercultural: o caso do “Brazilian corporate communications day”. *Organicom*, V.11, N. 21, 2014.

RESTREPO, Eduardo. Estudios culturales en América Latina. *Revista Estudos Culturais*. São Paulo, 2014. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98369>>. Acessado em 19 de julho de 2021.

RIZO, Marta. La comunicación en, desde y para la cultura. Apuntes para un balance de los Estudios Culturales (en Comunicación) en América Latina: trayectoria, temas y críticas. IN: PAULINO, Fernando Oliveira; KAPLÚN, Gabriel; MARÍN, Miguel Vicente; CUSTÓDIO, Leonardo (org.). *Tradiciones de Investigación en Diálogo - Estudios sobre Comunicación en América Latina y Europa*. Porto: Media XXI, 2020.

SADI, Gabriel. Epistemología de las relaciones públicas. Teorías y enfoques prevalentes en el dominio intelectual global desde 1980. XII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo, 2019.

SEMPRINI A. Multiculturalismo. Bauru, Edusc, 1999.

SILVA, Sandro Takeshi Munakata da. Teorias da comunicação nos estudos de relações públicas. – Dados eletrônicos – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. Relações públicas e comunicação organizacional: encontros, desencontros e reencontros. *Organicom (USP)*, v. 10-11, p. 76-82, 2009.

VETRITTI, Fabiana Grieco Cabral de Mell; VIRGILI, Rafael. Grandes empresas e interculturalidade: importância do profissional de relações públicas no ambiente digital. *Organicom*, V.11, N. 21, 2014.

YUDICE, George. O “Estado das Artes” dos Estudos Culturais. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; NETO, Antônio Fausto (org.). *Comunicação e cultura contemporâneas*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.